

## **Relatório 990506-01 - Ato Público por uma Lei Democrática para a Mídia Eletrônica**

### **Coordenação do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação**

Atravessando uma fase de rearticulação, o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) promoveu na manhã de ontem (5/5) em Brasília, no Espaço Cultural da Câmara dos Deputados, um ato público em defesa da recriação da Frente Parlamentar pela Democratização da Comunicação. O ato foi convocado em conjunto com o Núcleo de Apoio à Frente, recentemente criado na Câmara. Imediatamente o Fórum e a Frente Parlamentares passarão a se empenhar para participar do debate do anteprojeto da Lei de Comunicação Eletrônica de Massa, que está para ser enviado pelo Ministério das Comunicações ao Congresso.

Entre as demais medidas sugeridas para estreitar as relações do Fórum com os parlamentares empenhados na luta pela democratização da comunicação está a criação de um circuito de informações voltado para subsidiar os deputados e possibilitar que assuntos relevantes repercutam com pronunciamentos no plenário e se transformem em ação legislativa, através de projetos, requerimentos de informação e outras iniciativas. Outra conclusão do evento foi o reconhecimento da importância de se evitar dispersão de forças. Neste sentido, passou a ser avaliada a assimilação, pela Frente Parlamentar pela Democratização da Comunicação, dos objetivos da Frente Parlamentar pela Radiodifusão Comunitária, que tem sua instalação prevista no dia 11/5.

Participaram do evento Daniel Herz, representando a Coordenação Executiva do Fórum; Beth Costa, da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj); José Luiz Soter, da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (Abraço); Luiz Martino, da Associação Brasileira de Pós-Graduação em Comunicação (Compós); Edgard Tavares, do Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal; Lincon Macário Maia, da Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação (Enecos); Francisco Sant'Anna, da Federação Internacional dos Jornalistas (FIJ); Ulisses Riedel, do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP). Também participaram do evento os deputados Walter Pinheiro (PT-BA), Arnaldo Faria de Sá (PPB-SP) e Valdeci de Oliveira (PT-RS). A Comissão Brasileira Justiça e Paz, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), impossibilitada de enviar representante, dirigiu ao Fórum correspondência subscrita por Francisco Whitaker Ferreira, manifestando apoio à iniciativa.

### **Deliberações e encaminhamentos**

Foi definida a criação de uma Comissão de Articulação das relações entre o Fórum e a Frente Parlamentar, integrada pelo professor Murilo César Ramos, da Universidade de Brasília (UnB); pelo assessor parlamentar César Oliveira e por um membro designado pela Coordenação do Fórum. A indicação de Murilo Ramos deve-se, especialmente, à existência de um Grupo de Trabalho, na UnB, voltado para a produção de análises sobre a temática da nova legislação de comunicação de massa. Murilo ficou encarregado de produzir um expediente para orientar os parlamentares na sabatina do ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga, no seu depoimento em audiência pública da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara, previsto para o dia 6/5. A Comissão de Articulação voltará a fazer contato no dia 7/5, para avaliar os resultados deste debate e examinar as possibilidades de intervenção no Seminário para discutir subsídios para a Lei de Comunicação Eletrônica de Comunicação de Massa, que se realizará em Brasília nos próximos dias 10 e 11 de maio. Após o Seminário, a Comissão discutirá a realização, em princípio nos próximos 30 a 45 dias, de um seminário sobre o mesmo tema a ser realizado na UnB.

A Comissão também examinará as formas de implementação das demais propostas apresentadas pelo Fórum: 1) Esforços conjuntos para atualização do Programa do Fórum; 2) Concentração de esforços

políticos para defesa da implantação do Conselho de Comunicação Social e para protagonizar o debate do projeto da Lei de Comunicação Eletrônica de Massas; 3) Estabelecimento canais permanentes de comunicação entre a Frente Parlamentar e o Fórum; 4) Criação de um circuito de informações a serem repercutidas no Congresso, com pronunciamentos e ações legislativas; 5) Utilização das possibilidades da TV Câmara e da TV Senado para repercutir a luta pela democratização da comunicação; 6) Busca um canal da Frente Parlamentar com o Executivo.

### **Manifestações das entidades**

Daniel Herz, da Coordenação do Fórum, fez um breve histórico do Fórum, desde o seu surgimento em 1991, até a situação atual. Ressaltou que entre 93 e 94 houve uma Frente Parlamentar pela Democratização da Comunicação que chegou a contar com a adesão de 114 parlamentares. Relatou que o Fórum, na época, contava com 362 entidades nacionais e regionais. Apontou como problemas que levaram às dificuldades de articulação do Fórum o autoritarismo do governo FHC, que fechou as portas para o debate com a sociedade, e se interpôs entre o Fórum e o empresariado da área das comunicações, passando a fazer um jogo de barganha quanto à regulamentação das novas tecnologias e a ampla reinstitucionalização que promoveu na área, basicamente com portarias e decretos. Esta postura foi acompanhada de um atropelamento do Congresso, bloqueio das possibilidades de acionamento do judiciário e, o que foi particularmente grave, a submissão da Procuradoria Geral da República, através do Procurador Geraldo Brindeiro. Daniel ressaltou que o ato de recomposição da Frente Parlamentar era particularmente importante no processo de rearticulação do Fórum, que também está empenhado na capacitação da sociedade e dos cidadãos para a intervenção neste cenário político. Daniel concluiu apresentando seis propostas para efetivar as relações do Fórum com a Frente Parlamentar, que foram acima referidas

José Luiz Soter, da Abraço, lembrou que as conquistas obtidas com a Lei da Radiodifusão Comunitária "foram derrubadas na porta dos fundos do Ministério das Comunicações", que cedeu aos empresários de radiodifusão na regulamentação deste serviço. Soter acredita que, entretanto, o movimento esteja se tornando incontrolável. Informou que apenas uma empresa mineira vendeu 3 mil equipamentos transmissores nos últimos meses. Revelou, também, que a meta da Abraço, para os próximos dez anos, é a instalação de pelo menos 3 emissoras em cada município, o que resultaria em mais de 15 mil emissoras e cerca de 75 mil comunicadores comunitários.

Luiz Martino, da Compós, destacou a contribuição que a reflexão acadêmica pode proporcionar ao processo de elaboração legislativa.

Edgard Tavares, do sindicato dos jornalistas do DF, destacou que "pode parecer paradoxal a defesa da rearticulação da Frente Parlamentar quando se constata que o não cumprimento pelo Congresso da Lei que determina a criação do Conselho de Comunicação Social". Na sua avaliação, ao contrário, isto só reforça a necessidade da sociedade se fazer presente junto ao Congresso e lembrar os parlamentares dos compromissos públicos, como a instalação do Conselho, que Edgar reputa como essencial.

Lincon Macário Maia, da Enecos, acentuou que os estudantes de comunicação do país tem na luta pela democratização da comunicação uma das suas principais bandeiras. Ele informou que o tema voltará a ser discutido no Conselho Nacional de Entidades de Comunicação (Conecom), que se realizará em Brasília, nos próximos dias 14 a 16 de maio.

Francisco Sant'Anna, da FIJ; apontou que a revisão da legislação de comunicação, em curso no Brasil, ocorre em paralelo a iniciativas semelhantes que estão ocorrendo em países como México, Peru, Venezuela e Colômbia. Em todos, a tônica é a do afrouxamento da regulamentação. Sant'Anna sugeriu que fosse dirigido ao Ministério das Comunicações, por algum deputado, requerimento solicitando informações sobre

as conclusões oficiais do Grupo de Trabalho sobre comunicação e telecomunicações no Mercosul, que não estão sendo divulgadas. O dirigente da FIJ denunciou que, nas últimas semanas, quase diariamente estão ocorrendo debates sobre comunicação no plenário do Senado, que estão sendo simplesmente ignorados pela mídia. Denunciou também que identifica um grave problema ético no fato de senadores estarem atuando como relatores nos processos de apreciação de concessão e renovações de outorgas de emissoras de rádio e TV de seus próprios estados. Afirmou acreditar que assim não se sabe se os senadores ficam reféns dos veículos, ou se são os veículos que se tornam reféns dos parlamentares.

Ulisses Riedel, do DIAP, enfatizou que o elemento mais importante para a configuração de relações democráticas é a comunicação, pois se esta fluir adequadamente e refletir a pluralidade existente na sociedade, os indivíduos saberão se posicionar. Ressaltou que o próprio DIAP atua, em boa medida, como uma instituição voltada para a capacitação política dos cidadãos e que depende da mídia como caixa de ressonância. Riedel condena o exercício de poder através da informação comprometida e se solidarizou com as iniciativas de luta pela democratização da comunicação.

Mesmo estando impossibilitada de enviar representante, a Comissão Brasileira de Justiça e Paz da CNBB – através de correspondência dirigida por seu Secretário Executivo, Francisco Whitaker Ferreira – manifestou "apoio a essa frente de luta, esperando poder colaborar para que se consiga a necessária mobilização da sociedade na defesa desse seu direito".

### **Manifestações de parlamentares**

O deputado Walter Pinheiro (PT-BA) defendeu que, para evitar dispersão de esforços, os objetivos da Frente Parlamentar pela Radiodifusão Comunitária fossem assimilados pela Frente Parlamentar pela Democratização da Comunicação. Também propôs que houvesse uma análise crítica da informação de que milhares de emissoras de radiodifusão comunitárias estão sendo implantadas no país, pois grande parte destas está sendo controlada pelos setores conservadores e acabam reproduzindo as relações de poder hoje predominantes. Pinheiro defende que a democratização da comunicação deva ser tratada com o mesmo peso que se dá à questão salarial e as reformas tributária e do judiciário, pois acredita que sem democratizar a comunicação, deixa de haver democracia. Ele lamentou que o PT ainda não tenha esta percepção e continue tratando esta luta como uma questão menor. Exemplificou citando que das cinco vagas que dispõe na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara, o PT só ocupa uma vaga, através dele próprio. Pinheiro salientou que apesar das dificuldades, deveria ser reconhecida a grande importância daquele ato, que estava aproximando dos parlamentares a articulação da sociedade representada pelo Fórum.

O deputado Arnaldo Faria de Sá (PPB-SP) afirmou que as emissoras de radiodifusão comunitárias são o mais importante instrumento para alterar as relações de poder atualmente vigentes, especialmente no plano do poder local, rompendo com sua verticalidade. Só com este tipo de iniciativa se poderá enfrentar o oficialismo da comunicação dos grandes grupos, como ocorre, por exemplo, com o "Jornal Nacional", da Globo. Faria Sá apontou também as dificuldades para transitar a problemática da democratização no Congresso, estimando que na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, cerca de 80% dos parlamentares integrantes estão comprometidos com a mídia.

O deputado Valdeci de Oliveira (PT-RS), apesar de estar mais atuante na Câmara em outras áreas temáticas, manifestou seu apoio à Frente Parlamentar pela Democratização da Comunicação e ressaltou a importância desta luta mantida pela sociedade, definindo-a como crucial para a democracia.

x	x	x	x	x	x	x	x
	x					x	

7/5/1999

## DEBATE RETOMADO

O site da Câmara dos Deputados registra a manifestação de Walter Pinheiro (PT-BA) em defesa da retomada do debate sobre a Lei de imprensa, o Conselho de Comunicação Social e a Proposta de Emenda à Constituição sobre a propriedade de empresas de rádio, TV e jornal. "O monopólio das informações é algo que se alastra de forma vergonhosa em todo o mundo. Hoje, doze grandes grupos controlam as comunicações no planeta. É impossível discutir democracia neste país com o controle excessivo que temos no processo de mídia", advertiu. Ele observou que o Fórum em Defesa da Democratização da Informação e a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) discutiram a retomada da atuação de uma Frente Parlamentar por democracia nos meios de comunicação. Ao ressaltar que os grupos de comunicação impõem ideologias e interesses políticos, o deputado Pedro Wilson (PT-GO) reivindicou ao presidente do Congresso, senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), a instalação do Conselho Nacional de Comunicações para o controle de concessões e programação das emissoras de rádio e televisão e a propaganda. (990507-CD15)

7/5/99

### Referências Bibliográficas:

Deputados lembram Dia da Comunicação - 7/5/1999  
Câmara dos Deputados - Da Redação

### Outros temas do dia 7/5/1999:

Comunicação e Cultura

Imprensa e Jornalismo

Internet

Política de Rádio e TV

Programação de TV por Assinatura

Rádio

Telecomunicações

Comunicação e Política

Informática

Literatura e Mercado Editorial

Política de TV por Assinatura

Publicidade e Mercado de Comunicação

Rádiodifusão Comunitária

Televisão

x	x	x	x	x	x	x	x
x						x	

6/5/1999

## ATO PELA DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO

5/5/99

Atravessando uma fase de rearticulação, o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) promoveu na manhã de ontem (5/5) em Brasília, no Espaço Cultural da Câmara dos Deputados, um ato público em defesa da recriação da Frente Parlamentar pela Democratização da Comunicação (FPDC). O ato foi convocado, segundo relatório distribuído pela Coordenação do Fórum, em conjunto com o Núcleo de Apoio à Frente, recentemente criado na Câmara. Imediatamente o Fórum e a Frente Parlamentar passarão a se empenhar para participar do debate do anteprojeto da Lei de Comunicação Eletrônica de Massa, que está para ser enviado pelo Ministério das Comunicações ao Congresso.

### Circuito de informações

Entre as demais medidas sugeridas para estreitar as relações do Fórum com os parlamentares empenhados na luta pela democratização da comunicação está a criação de um circuito de informações voltado para subsidiar os deputados e possibilitar que assuntos relevantes repercutam com pronunciamentos no plenário e se transformem em ação legislativa, através de projetos, requerimentos de informação e outras iniciativas. Outra conclusão do evento foi o reconhecimento da importância de se evitar dispersão de forças. Neste sentido, passou a ser avaliada a assimilação, pela FPDC, dos objetivos da Frente Parlamentar pela Radiodifusão Comunitária (FPRC), que tem sua instalação prevista no dia 11/5.

Participaram do evento o jornalista Daniel Herz, representando a Coordenação Executiva do FNDC; Beth Costa, da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj); José Luiz Soter, da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (Abraço); Luiz Martino, da Associação Brasileira de Pós-Graduação em Comunicação (Compós); Edgard Tavares, do Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal; Lincon Macário Maia, da Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação (Enecos); Francisco Sant'Anna, da Federação Internacional dos Jornalistas (FIJ); Ulisses Riedel, do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap). Também participaram do evento os deputados Walter Pinheiro (PT-BA), Arnaldo Faria de Sá (PPB-SP) e Valdeci de Oliveira (PT-RS). A Comissão Brasileira Justiça e Paz, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), impossibilitada de enviar representante, dirigiu ao Fórum correspondência subscrita por Francisco Whitaker Ferreira, manifestando apoio à iniciativa.

### DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO TEM ATO PÚBLICO NA CÂMARA

Atravessando uma fase de rearticulação, o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) promoveu na manhã de ontem (5/5) em Brasília, no Espaço Cultural da Câmara dos Deputados, um ato público em defesa da recriação da Frente Parlamentar pela Democratização da Comunicação (FPDC). O ato foi convocado, segundo relatório distribuído pela Coordenação do Fórum, em conjunto com o Núcleo de Apoio à Frente, recentemente criado na Câmara. Imediatamente o Fórum e a Frente

Parlamentar passarão a se empenhar para participar do debate do anteprojeto da Lei de Comunicação Eletrônica de Massa, que está para ser enviado pelo Ministério das Comunicações ao Congresso.

Entre as demais medidas sugeridas para estreitar as relações do Fórum com os parlamentares empenhados na luta pela democratização da comunicação está a criação de um circuito de informações voltado para subsidiar os deputados e possibilitar que assuntos relevantes repercutam com pronunciamentos no plenário e se transformem em ação legislativa, através de projetos, requerimentos de informação e outras iniciativas. Outra conclusão do evento foi o reconhecimento da importância de se evitar dispersão de forças. Neste sentido, passou a ser avaliada a assimilação, pela FPDC, dos objetivos da Frente Parlamentar pela Radiodifusão Comunitária (FPRC), que tem sua instalação prevista no dia 11/5.

Participaram do evento o jornalista Daniel Herz, representando a Coordenação Executiva do FNDC; Beth Costa, da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj); José Luiz Soter, da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (Abraço); Luiz Martino, da Associação Brasileira de Pós-Graduação em Comunicação (Compós); Edgard Tavares, do Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal; Lincon Macário Maia, da Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação (Enecos); Francisco Sant'Anna, da Federação Internacional dos Jornalistas (FIJ); Ulisses Riedel, do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap). Também participaram do evento os deputados Walter Pinheiro (PT-BA), Arnaldo Faria de Sá (PPB-SP) e Valdeci de Oliveira (PT-RS). A Comissão Brasileira Justiça e Paz, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), impossibilitada de enviar representante, dirigiu ao Fórum correspondência subscrita por Francisco Whitaker Ferreira, manifestando apoio à iniciativa.

#### **Deliberações e encaminhamentos**

Foi definida a criação de uma Comissão de Articulação das relações entre o Fórum e a Frente Parlamentar, integrada pelo professor Murilo César Ramos, da Universidade de Brasília (UnB); pelo assessor parlamentar César Oliveira e por um membro designado pela Coordenação do Fórum. A indicação de Murilo Ramos deve-se, especialmente, à existência de um Grupo de Trabalho, na UnB, voltado para a produção de análises sobre a temática da nova legislação de comunicação de massa. Murilo ficou encarregado de produzir um expediente para orientar os parlamentares na sabatina do ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga. Ele será ouvido em audiência pública da "Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática" da Câmara, previsto para o dia 6/5. A Comissão de Articulação voltará a fazer contato no dia 7/5, para avaliar os resultados deste debate e examinar as possibilidades de intervenção no Seminário para discutir subsídios para a Lei de Comunicação Eletrônica de Comunicação de Massa, que se realizará em Brasília nos próximos dias 10 e 11/5. Após o Seminário, a Comissão discutirá a realização, em princípio nos próximos 30 a 45 dias, de um seminário sobre o mesmo tema a ser realizado na UnB.

A Comissão também examinará as formas de implementação das demais propostas apresentadas pelo Fórum: 1) Esforços conjuntos para atualização do Programa do Fórum; 2) Concentração de esforços políticos para defesa da implantação do Conselho de Comunicação Social e para protagonizar o debate do projeto da Lei de Comunicação Eletrônica de Massas; 3) Estabelecimento de canais permanentes de comunicação entre a Frente Parlamentar e o Fórum; 4) Criação de um circuito de informações a serem repercutidas no Congresso, com pronunciamentos e ações legislativas; 5) Utilização das possibilidades da TV Câmara e da TV Senado para repercutir a luta pela democratização da comunicação; 6) Busca um canal da Frente Parlamentar com o Executivo.

## Manifestações das entidades

Daniel Herz, da Coordenação do Fórum, fez um breve histórico do Fórum, desde o seu surgimento em 1991, até a situação atual. Ressaltou que entre 93 e 94 houve uma Frente Parlamentar pela Democratização da Comunicação que chegou a contar com a adesão de 114 parlamentares. Relatou que o Fórum, na época, contava com 362 entidades nacionais e regionais. Apontou como problemas que levaram às dificuldades de articulação do Fórum o autoritarismo do governo FHC, que fechou as portas para o debate com a sociedade, e se interpôs entre o Fórum e o empresariado da área das comunicações, passando a fazer um jogo de barganha quanto à regulamentação das novas tecnologias e a ampla reinstitucionalização que promoveu na área, basicamente com portarias e decretos. Esta postura foi acompanhada de um atropelamento do Congresso, bloqueio das possibilidades de acionamento do Judiciário e, o que foi particularmente grave, a submissão da Procuradoria-Geral da República, através do Procurador Geraldo Brindeiro. Daniel ressaltou que o ato de recomposição da Frente Parlamentar era particularmente importante no processo de rearticulação do Fórum, que também está empenhado na capacitação da sociedade e dos cidadãos para a intervenção neste cenário político. Herz concluiu apresentando seis propostas para efetivar as relações do Fórum com a Frente Parlamentar, que foram acima referidas.

José Luiz Soter, da Abraço, lembrou que as conquistas obtidas com a Lei da Radiodifusão Comunitária "foram derrubadas na porta dos fundos do Ministério das Comunicações", que cedeu aos empresários de radiodifusão na regulamentação deste serviço. Soter acredita que, entretanto, o movimento esteja se tornando incontrolável. Informou que apenas uma empresa mineira vendeu 3 mil equipamentos transmissores nos últimos meses. Revelou, também, que a meta da Abraço, para os próximos dez anos, é a instalação de pelo menos três emissoras em cada município, o que resultaria em mais de 15 mil emissoras e cerca de 75 mil comunicadores comunitários.

Luiz Martino, da Compós, destacou a contribuição que a reflexão acadêmica pode proporcionar ao processo de elaboração legislativa.

Edgard Tavares, do sindicato dos jornalistas do DF, destacou que "pode parecer paradoxal a defesa da rearticulação da Frente Parlamentar quando se constata o não cumprimento pelo Congresso da Lei que determina a criação do Conselho de Comunicação Social". Na sua avaliação, ao contrário, isto só reforça a necessidade da sociedade se fazer presente junto ao Congresso e lembrar os parlamentares dos compromissos públicos, como a instalação do Conselho, que Edgar reputa como essencial.

Lincon Macário Maia, da Enecos, acentuou que os estudantes de comunicação do país têm na luta pela democratização da comunicação uma das suas principais bandeiras. Ele informou que o tema voltará a ser discutido no Conselho Nacional de Entidades de Comunicação (Conecom), que se realizará em Brasília, nos próximos dias 14 a 16/5.

Francisco Sant'Anna, da FIJ; apontou que a revisão da legislação de comunicação, em curso no Brasil, ocorre em paralelo a iniciativas semelhantes que estão ocorrendo em países como México, Peru, Venezuela e Colômbia. Em todos, a tônica é a do afrouxamento da regulamentação. Sant'Anna sugeriu que fosse dirigido ao Ministério das Comunicações, por algum deputado, requerimento solicitando informações sobre as conclusões oficiais do Grupo de Trabalho sobre comunicação e telecomunicações no Mercosul, que não estão sendo divulgadas. O dirigente da FIJ denunciou que, nas últimas semanas, quase diariamente estão ocorrendo debates sobre comunicação no plenário do Senado, que estão sendo simplesmente ignorados pela mídia. Denunciou também que identifica um grave problema ético no fato de senadores estarem atuando como relatores nos processos de apreciação de concessão e renovações de

outorgas de emissoras de rádio e TV de seus próprios estados. Afirmou acreditar que assim não se sabe se os senadores ficam reféns dos veículos, ou se são os veículos que se tornam reféns dos parlamentares.

Ulisses Riedel, do Diap, enfatizou que o elemento mais importante para a configuração de relações democráticas é a comunicação, pois se esta flui adequadamente e refletir a pluralidade existente na sociedade, os indivíduos saberão se posicionar. Ressaltou que o próprio Diap atua, em boa medida, como uma instituição voltada para a capacitação política dos cidadãos e que depende da mídia como caixa de ressonância. Riedel condena o exercício de poder através da informação comprometida e se solidarizou com as iniciativas de luta pela democratização da comunicação.

Mesmo estando impossibilitada de enviar representante, a Comissão Brasileira de Justiça e Paz da CNBB - através de correspondência dirigida por seu Secretário Executivo, Francisco Whitaker Ferreira - manifestou "apoio a essa frente de luta, esperando poder colaborar para que se consiga a necessária mobilização da sociedade na defesa desse seu direito".

### **Manifestações de parlamentares**

O deputado Walter Pinheiro (PT-BA) defendeu que, para evitar dispersão de esforços, os objetivos da Frente Parlamentar pela Radiodifusão Comunitária fossem assimilados pela Frente Parlamentar pela Democratização da Comunicação. Também propôs que houvesse uma análise crítica da informação de que milhares de emissoras de radiodifusão comunitárias estão sendo implantadas no país, pois grande parte destas está sendo controlada pelos setores conservadores e acabam reproduzindo as relações de poder hoje predominantes. Pinheiro defende que a democratização da comunicação deva ser tratada com o mesmo peso que se dá à questão salarial e as reformas tributária e do judiciário, pois acredita que sem democratizar a comunicação, deixa de haver democracia. Ele lamentou que o PT ainda não tenha esta percepção e continue tratando esta luta como uma questão menor. Exemplificou citando que das cinco vagas que dispõe na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara, o PT só ocupa uma vaga, através dele próprio. Pinheiro salientou que apesar das dificuldades, deveria ser reconhecida a grande importância daquele ato, que estava aproximando dos parlamentares a articulação da sociedade representada pelo Fórum.

O deputado Arnaldo Faria de Sá (PPB-SP) afirmou que as emissoras de radiodifusão comunitárias são o mais importante instrumento para alterar as relações de poder atualmente vigentes, especialmente no plano do poder local, rompendo com sua verticalidade. Só com este tipo de iniciativa se poderá enfrentar o oficialismo da comunicação dos grandes grupos, como ocorre, por exemplo, com o "Jornal Nacional", da Rede Globo. Faria de Sá apontou também as dificuldades para transitar a problemática da democratização no Congresso, estimando que na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática cerca de 80% dos parlamentares integrantes estão comprometidos com a mídia.

O deputado Valdeci de Oliveira (PT-RS), apesar de estar mais atuante na Câmara em outras áreas temáticas, manifestou seu apoio à FPDC e ressaltou a importância desta luta mantida pela sociedade, definindo-a como crucial para a democracia. (990506-FOR01)

### **Referências Bibliográficas:**

**Ato Público por uma Lei Democrática para Mídia Eletrônica - 6/5/1999**  
Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação -  
*Coordenação do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação*



Outros temas do dia 6/5/1999:

Cinema

Comunicação e Política

Informática

Política de Rádio e TV

Publicidade e Mercado de Comunicação

Radiodifusão Comunitária

Televisão

Comunicação e Cultura

Imprensa e Jornalismo

Internet

Política de TV por Assinatura

Rádio

Telecomunicações

TV a Cabo